

1 Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, foi feita a primeira chamada às quatorze horas e cinco
2 minutos, a segunda chamada às quatorze horas e dez minutos na Câmara Municipal de Maricá, de forma presencial para a reunião
3 do Conselho Municipal de Meio Ambiente- CMAM Presentes: O Presidente Bruno de Souza Lougon, os Conselheiros Titulares
4 Anna Maria de Carvalho Quintanilha - AMASP - Associação de Moradores e Amigos do Bairro Santa Paula, Márcia Lima
5 Freitas – Secretária de Turismo, Marcus Antônio Lacerda - Secretária de Educação e Felipe Queiroz - Instituto Floresta Darcy
6 Ribeiro-AmaDarcy. Suplentes: Ana Maria Cajueiro- AMASP - Associação de Moradores e Amigos do Bairro Santa Paula, Jorge
7 Rodrigues de Andrade – SOMAR. O Presidente abre a reunião verificando o quórum necessário para a realização da mesma com
8 a seguinte pauta: 1-Apreciação e votação das atas anteriores, 2-Citação dos ofícios recebidos e enviados (Os ofícios foram
9 enviados por e-mail), 3-Apresentação sobre os Peixes de Nuvens, 4-Cobrar maiores esclarecimentos da Secretária da Cidade
10 Sustentável, cópia do processo do licenciamento do Rio Silvado, 5-Cobrar maiores esclarecimentos da Águas do Rio sobre o
11 processo do licenciamento do Rio Silvado, 6-Pauta para a próxima reunião, 7-Infomes gerais. O Presidente lê as justificativas
12 de faltas dos Conselheiros: Ronald por motivo de exames agendado, Will e Jaido por participar da reunião do Conselho da
13 Cidade na mesma data e horário. **Primeiro ponto da pauta.** Aprovação das atas anteriores: O Presidente pergunta se todos
14 receberam as anteriores relativas a junho e julho, coloca em votação. Foram aprovadas por unanimidade. **Segundo Ponto da**
15 **Pauta:** Citação dos ofícios recebidos e enviados. O Conselheiro Felipe informa que tem enviado comunicação de infrações
16 ambientais, que a fiscalização chega até o local comprovando a irregularidade esclarecendo que a atividade tem que ter a licença
17 em mãos, que a fiscalização lavra uma notificação para pedir a licença, que se a Secretária de Meio Ambiente que emite a licença
18 o fiscal ainda vai notificar sabendo que é uma irregularidade? Que é uma questão de esclarecimento. Porque se a licença tem que
19 estar na obra e não está, então já é uma infração. Esclarece que foi fiscal durante nove anos e que só lavra notificação se tiver
20 alguma dúvida do processo. Que se constata o ilícito, não tem por quê. Outra coisa é a morosidade no tramite dos processos, que
21 tem um que o infrator foi autuado em 2023 e em 2024 está iniciando de novo sem licença no mesmo local onde se vê o terreno
22 sem restauração ou recuperação. Que não se vê uma sanção do órgão fiscalizador da Secretária de Meio Ambiente para reparar
23 o dano, que não é só autuar. Que tem que solicitar que a área atingida seja restaurada. Que só pagar multa é fácil, a multa é barata.
24 Se não tiver que restaurar o ilícito. Que não vê nenhum tipo de procedimento deste tipo nos anos que tem visto estas ações. Que
25 não viu nenhum procedimento que tivesse que ter restaurado. Que fica por isso mesmo. Que queria tentar entender do setor de
26 fiscalização qual o procedimento que é utilizado, porque notificam ao invés de autuar mesmo, saber porque está notificando
27 sabendo que o local não é licenciado, se é um trâmite. O Presidente responde que foi tentar entender quando recebeu respostas do
28 setor de fiscalização, que foi tentar entender porque foi constatada a obra, intervenção no local e não executado logo um auto de
29 infração, que foi passado pelos fiscais que em alguns casos acontece de chegarem e a atividade estar em curso, sendo exercida e
30 eles conseguem fazer a diligência logo no momento e que muitas das vezes chegam no local e existem indício de intervenção, as
31 vezes de supressão de uma árvore ou do movimento de terra, mas que não tem ninguém no local. Então que eles têm que, por
32 respeito ao princípio da ampla defesa e do contraditório, eles têm que notificar o responsável para que compareça a secretária se
33 manifestar sobre o que ela está fazendo, se tem alguma autorização emitida por outro órgão ou outra forma e que por respeito ao
34 contraditório e ampla defesa não se pode sancionar a pessoa sem dar a chance dela se manifestar. Que muitas das vezes a pessoa
35 chega na secretária e diz que não tem nada, que não tem autorização ou licença. Que neste momento é executada a multa, aplicada
36 a sanção. Com relação a morosidade, esclarece ainda que existia uma previsão de uma comissão instituída na secretária para fazer
37 a análise dos recursos, das sanções aplicadas em processos ambientais. Que até pouco tempo ela não existia e se conseguiu
38 instituir esta comissão para dar celeridade a processos que alguns ficam parados anos e o processo não sai do lugar. Que a reposta
39 que tem sobre o assunto é esta. O Conselheiro Felipe retoma a palavra e fala que quando a pessoa tem a licença, ela tem um rito
40 que deve seguir, por exemplo, a obra tem que ter uma placa, que quando chega na obra e não tem a placa já se pode atuar. Que
41 se ele tem alguma autorização, que se justifique no meio do processo. Que se espera 60 dias e que neste prazo a pessoa já até
42 construiu a casa. Sugere que se chame o setor de fiscalização para que o conselho tente entender e tentar sugerir ações. Que
43 quando o fiscal verifica que não tem a licença, não tem a placa, o que ele pode fazer é dentro da própria secretária dele que é a
44 que licencia, que mostre que foi no lote tal e que tem uma atividade em infração, irregular. Que questione se tem alguma licença,
45 não tendo então é uma infração e ele deve emitir uma infração. Senão emite a notificação e fica um ano até analisar e a atividade
46 termina sem a autuação e depois para se reparar o dano é quase impossível. A Conselheira Ana Maria Cajueiro sugere então que
47 se estabeleça um protocolo na fiscalização. Que da mesma que se estabelece protocolos, por exemplo, dentro da Saúde, a serem
48 seguidos, a fiscalização também tem que ter protocolo. Aí ela segue os protocolos e talvez se consiga reparar os danos. A
49 Conselheira Anna Maria Quintanilha fala que na região de Santa Paula estão com problemas sérios, que estão com muitas obras,
50 só que nenhuma possui placa para explicar para que é a obra, pra onde vai, o que vai fazer. Fala ainda que Maricá está com
51 problema sério que não tem mais esgoto, só tem águas pluviais só que vai tudo pelo mesmo caminho. Não se vê uma caixa de
52 esgoto que resolve, das obras que Maricá está fazendo, não há placas nas obras. Da SOMAR, da SANEMAR, seja de quem for.
53 O Presidente informa que anotou as sugestões e esclarece que tem algumas obras que foram notificadas, foram autuadas,
54 reincidiram e os fiscais foram lá e embargaram as obras. Que estão fazendo os encaminhamentos em função da parceria com o
55 GATED e que em algumas já entraram em cronograma de demolição. Que a resposta que obteve foi a que apresentou e que para
56 ele também não foi satisfatória, que parece que é chover no molhado. Mas que vai levar as propostas porque se tem condições de
57 aprimorar. O Conselheiro Marcus Antônio Lacerda afirma que não é só multar e embargar, mas que tem que se cobrar a reparação
58 do dano causado. Que deve se dar uma cobrança nesta parte porque o ritmo de degradação, que fica muito preocupado com a
59 cidade já muito degradada. **Terceiro Ponto da Pauta:** Apresentação sobre os Peixes de Nuvens. O Presidente passa a palavra
60 para a Sra. Luiza Sarmento, professora da FGV e que junto com o Conselheiro Felipe, fazem parte do Coletivo Córregos da
61 Tiririca no município de Niterói, que é especialista em peixes de riacho da Mata Atlântica, que de forma acadêmica orienta
62 mestrado e doutorado neste tema. Faz sua apresentação sobre os peixes das nuvens, explicando que temos três tipos de peixes
63 das nuvens. O peixe de ciclo de vida anual, ou seja, entre um ciclo de chuva e cheia ele completa o ciclo dele de nascimento e

64 morte. Outro é de ciclo de vida perene, que dura vários anos e que tem o terceiro que vive em ambiente mais de água de
65 manguezal, misturado com saída de rio, que vive em ambiente de transição entre água doce e mar. Que são estas variantes de
66 peixe que tem no município de Maricá. Esclarece que chama de peixe das nuvens porque eles têm um ciclo de vida peculiar
67 diferente dos outros peixes, porque como eles vivem em ambiente de brejo e quando vem a estação seca como esta época em que
68 estamos e o brejo seca, ele tem um mecanismo de sobrevivência neste ambiente extremo. Quando ele vê que a água do brejo está
69 baixando, que está ficando quente, que vai evaporar totalmente, ele coloca no fundo do leito estas bolinhas, que são os ovos. Que
70 quando vem a estação das chuvas novamente, lá em outubro, novembro, dezembro. Variando muito de um ano para o outro com
71 as mudanças climáticas. Que quando volta a chover nascem os filhotinhos, num lugar que aparentemente não havia nenhuma
72 vida, só uma lama úmida, de repente volta a chover e aparecem peixes. Então as pessoas falavam, que o peixe caiu das nuvens,
73 que caiu a chuva e trouxe os peixes. Que o próprio sertanejo que deu este nome a eles. Estes peixes ocorrem em todo o Brasil,
74 são particularmente diversificados no bioma Mata Atlântica. Que o município de Maricá é o município da Mata Atlântica que
75 tem a maior quantidade destes peixinhos. Que Maricá é extremamente importante para a conservação destes peixes tão únicos
76 que habitam a Mata Atlântica. Que eles vivem em charcos, alagados, pântanos, brejos, na restinga. Podem ser pântanos de água
77 escura, alagados de águas claras, onde a água espraia. Que estes peixes habitam estes lugares. Que em Niterói o único rivulídeo
78 ocorre em ambiente de manguezal. Maricá tem cinco espécies de peixes rivulídeos, que quatro tem ciclo de vida anual. As
79 bolinhas coloridas do mapa indicam onde eles já foram pegos no município de Maricá. Que das cinco espécies que estão na
80 imagem, quatro estão ameaçadas de extinção, que só vivem em maricá e sempre neste tipo de ambiente, brejos, alagados. Que o
81 diferencial deles é serem muito coloridos, com tons vermelhos, alaranjados, verde. Que são animais pequenos, que cabem em
82 uma mão. São únicos, peixes que são um grande tesouro que o município de Maricá possui. A Conselheira Márcia Freitas
83 questiona a professora se, mas cinco espécies classificadas são endêmicas só de Maricá, o que a professora responde que sim. A
84 professora explica que os que vivem no brejo não estão ameaçados de extinção, que os demais sim. Que os de manguezal ocorrem
85 em Niterói e no Rio de Janeiro, os demais só em Maricá. Ela explica que começou a fazer este trabalho em Maricá quando
86 começou a fazer seu mestrado, há 30 anos. Um destes ela pegou enquanto ainda era estudante, na UFRJ. E os demais são pontos
87 pegos ao longo destes 30 anos onde os peixes foram pegos. Que a preocupação enquanto pesquisadora, que os ambientes são
88 muito frágeis. Que quando se deseja fazer um aterro, os brejos são o primeiro lugar que se aterra. Que no aterro se vai uma vida,
89 destes peixes que só tem ali. O Presidente pede a todos para que as perguntas sejam colocadas apenas no final. A professora
90 reforça que de toda a Mata Atlântica, Maricá é o município com a maior quantidade de espécies de peixes rivulídeos. E estas
91 áreas úmida, alagados, brejos, são áreas de preservação permanente garantidas pela Constituição do Estado do Rio de Janeiro,
92 que fala que áreas que abriguem animais ameaçados de extinção, que são raros, vulneráveis ou menos conhecidos na flora e
93 fauna. Então, são estes peixinhos, que só ocorrem nestes ambientes. Estas áreas úmidas importam tanto, porque são áreas três
94 vezes mais degradadas do que as florestas. Porque muitas vezes são negligenciadas como áreas de menor importância, que não
95 são tão vistosas como as florestas, mas são igualmente importantes porque ajudam a regular o clima do ponto de vista de uma
96 temperatura mais agradável, repondo o ciclo de cheia e seca, porque quando espraia as águas de um rio, elas ocupam estes
97 espaços e as águas vão lentamente retornando ao ambiente do leito durante os períodos mais longos, se tiver um brejo ou alagado
98 ao lado do rio. Recentemente tivemos eventos no Rio Grande do Sul e foi falado nas cidades esponja. Que a cidade esponja é
99 manter as áreas mais úmida e a água doce quando chove muito espraia e lentamente volta pro leito do rio e quando espraia estes
100 peixes tem sua vida ali, tem filhotes, os filhotes crescem, e eles ocupam estes ambientes. Se pode parecer um ambiente extremo,
101 é um ambiente importante para a vida de alguns animais que só tem aqui em Maricá. Ademais, as áreas úmidas fornecem estes
102 serviços ecossistêmicos para nós que estamos aqui na Mata Atlântica. Explica que os peixes das nuvens, os rivulídeos são
103 especialmente afetados pela degradados das áreas úmidas por ser o único ambiente onde conseguem viver. Que não vivem no
104 leito do rio, não sobrevivem. Que só vivem onde tem uma intrincada rede de raízes, a água mais ou menos parada, a temperatura
105 um pouco mais alta. Que ali é o ambiente onde eles desenvolvem sua vida. Que são capazes de resistir a períodos longos de seca
106 na forma de ovos e eclodem nas chuvas seguintes, voltando ao povoar os brejos. Eles são importante elo na cadeia alimentar, na
107 vida. Que depois que eles colocam os ovos e as águas estão descendo outros peixes se alimentam deles, eles ajudam a manter a vida
108 nestes ambientes úmidos. Servem de alimento para aves e outros animais. Questiona como se pode proteger estes animais
109 pequenos, coloridos, bonitos que tem em Maricá. Explica que primeiro é importante saber que eles existem. Se não se sabe que
110 tem um conjunto de animais tão importantes, especiais no município, não sabe que tem um animal naquela lama do brejo. Que
111 só se protege o que se ama, o que nos é precioso a gente quer proteger não quer que desapareça. A Lei da Mata Atlântica ajuda
112 a preservar os remanescentes de vegetação que abrigam espécies ameaçadas. Se houver intervenção, obra que possa botar em
113 risco estes ambientes, eles estão protegidos pela Lei da Mata Atlântica e preservá-los é extremamente importante porque se vai
114 também preservar as áreas úmidas. Que protegendo-se as áreas úmidas se ganha um clima mais resiliente no município, se protege
115 um conjunto de animais de forma ameaçada que só existe aqui. Que eles precisam ser mais bem conhecidos. Explica que uma
116 atitude que tiveram em uma experiência que tiveram que deu muito certo, foi na Bahia no município do Prado, numa vila de
117 pescadores no sul da Bahia. Que fizeram um projeto com jovens adolescentes da vila dos pescadores chamado Peixes Meninos,
118 que levavam os meninos para pescarem com eles. Que eles nunca tinham visto um aquário. Explica que depois a equipe foi para
119 o Espírito Santo e que até hoje os meninos falam do peixe e as vezes mandam foto do peixe em copo. Dizem ser raro e perguntam
120 o que fazer. Que estão plantando, recuperando a mata ciliar da nascente porque acharam um peixe raro. A experiência positiva é
121 que a equipe acabou plantando a semente e a população ao local ajuda a proteger o local. No Espírito Santo, era uma escola na
122 vila de Itaúna no município de Conceição da Barra, também uma vila de pescadores, é a última localidade do Espírito Santo antes
123 da divisa com a Bahia. Explica que trabalharam em Itaúna também com a comunidade. Que levaram um aquário junto com a
124 população local, que levaram para a escola para os meninos verem o peixe. No caso eles também tem um peixe que só vive lá,
125 mas lá só tem um e que em Maricá tem sete. Este um peixe que vive lá nos brejos da vila de Itaúna foi levado para a escola, que
126 os meninos viram e não conheciam o peixe. Que uma das crianças, filho do guarda parque de Itaúna, tinha chovido muito, o pai

127 levava a criança na escola e passou com o carro em uma poça com o carro e o menino dizia “pai para o peixinho” e o pai explicou
128 que não era aquele tipo de poça. Ela explica que a população local é a guardiã da biodiversidade; que se puder mostrar que existe
129 uma vida escondida embaixo dos prédios, que são animais ameaçados, que são importantes e só existem no município, vai ter
130 outro valor a agregar para estes animais. Agradece a disposição de todos e se coloca a disposição para dúvidas. A participante da
131 assistência Mariza Galvão diz ter amado e que a lagoa de São Bento se tornou uma REVIS e que existe este peixe lá. Ela pergunta
132 se os ovos dos peixes podem ser levados pelas patas das aves e quanto tempo eles podem demorar para eclodir, que com as
133 mudanças climáticas pode ser muito irregular. É esclarecido então que enquanto tiver umidade eles continuarão lá. Ela então
134 pergunta se a tilápia pode consumir estes peixes o que é esclarecido que a tilápia vive em ambiente diferente dos que estes peixes
135 sobrevivem. Pergunta se ele presta algum serviço para o meio ambiente o que é esclarecido que ele come mosquitos. O
136 Conselheiro Marcus Antônio Lacerda, gerente de educação ambiental da Secretaria de Educação de Maricá, e diz que gostaria
137 de saber que tem algumas escolas na região da APA, Guaratiba, Zacarias e gostaria que os alunos conhecessem os peixes, temos
138 duas sedes de unidades de conservação que inclusive uma tem um aquário com peixes da região, então gostaria de saber se estes
139 peixes podem ser criados ali para que os alunos possam conhecer ou se existe alguma legislação que impeça isso. A professora
140 esclarece que o que pode ser feito nas escolas é mais ou menos como fizeram em Itaúna onde o peixe ficou um tempo no aquário
141 e depois voltou com ele para o ambiente natural, mas ele ficou no aquário tempo suficiente para que os alunos, todos os alunos
142 da escola pudessem vê-lo e pudessem saber, porque quando se vê o animal vivo dá uma sensação de pertencimento, que acharam
143 importante esta vivência dos estudantes. Que explicou que eles têm uma parceria com o ICMBIO e que eles têm uma cartilha
144 dos peixes das nuvens disponível para baixar por download voltada para o ensino fundamental 1, que se fizer parceria com uma
145 escola em Maricá, certamente pode conversar com o ICMBIO e eles mandarem a cartilha pros meninos da escola. Porque em
146 Itaúna eles mandaram as cartilhas e quando fizeram a sensibilização pro peixinho cada menino tinha recebido a cartilha. Cartilha
147 voltado pra esta idade, com a possibilidade de fazer uma peça de teatro com o peixe das nuvens. Que é importante que os meninos
148 pequenos são multiplicadores, que ele fala pros avós, pros pais. O Presidente diz que o termo peixe das nuvens causa curiosidade,
149 que quando ouvi foi para o google para entender o que era. O Conselheiro Marcus Antônio Lacerda diz que com a divulgação
150 nas escolas, as crianças podem desenhar a mão livre ou fazer maquete Já são usando esse material, mas temos que começar a
151 valorizar que é Coordenador de 07(sete) escolas, diz que com a divulgação nas escolas, as crianças podem desenhar a mão livre
152 ou fazer maquete Já são usando esse material, mas temos que começar a valorizar certo de nada. Vai ser um prazer viu uma certa
153 falando incrível, por exemplo A Conselheira Márcia diz que com relação a geoparque da Termo final eles criaram os super feras
154 que é um joguinho binários que passaram a fazer parte da história de várias séries de vários lugares, imagine um ser vivo, acha
155 muito importante. A participante Maria cita o professor Marcus Antônio Lacerda e diz que ele pode complementar melhor e
156 informa que Darwin em sua passagem pela cidade teria citado o peixe das nuvens. O Conselheiro Marcus Antônio Lacerda
157 explica que não lembra de ter no diário de Darwin nenhuma passagem sobre isso. A participante Maria diz que pode estar
158 enganada, mas que quando se fala das crianças, no endemismo dos peixes e se consegue colocar isso também com Darwin a
159 gente valoriza muito porque a gente preserva a evolução, a prova viva da evolução. Que ela faz um trabalho, que é condutora das
160 três unidades, Tiririca, APA de Maricá e Resex. Que usam um berçário de girinos que tem no Núcleo Darwin e quando vão falar
161 de algumas coisas usam os próprios girinos. Que passará depois para o professor porque não dirá a página, mas para o professor
162 e o professor passa para os demais para se ter mais esta questão da fala do Darwin sobre ele a 198 anos atrás e a gente continua
163 falando desse peixe hoje em dia. Que isso dá muito sentido porque quando se fala em evolução e ter um exemplo desse, no fato
164 de um peixe que ele está. Quando se fala da APA Maricá, um trabalho que tem que ser contínuo, o pessoal do bugre e 4x4 que
165 gosta de fazer trilha por ali. É uma das coisas que causa muita agressão ao peixe das nuvens, porque talvez se passar lá hoje onde
166 se vê só areia, na primeira chuva, na primeira maré alta que voltar a ser uma pocinha, é o momento que eles vão nascer. As vezes
167 quando as pessoas passam sobre a areia, é uma camada de areia que ali embaixo estão vários ovos depositados. É para então
168 deixar esta questão de se certificar se é ele mesmo que o Darwin cita, pra ter mais uma coisa para se poder abordar, pra se ter
169 este prazer de 198 anos depois continuar falando sobre esse peixe que cada vez mais evolui, que só ganha características que
170 fazem ele continuar hoje em dia e esta questão das crianças quanto mais coisas puder pegar, mais elementos. A professora
171 esclarece que o Darwin quando ele passou, fez a travessia, ele visitou vários lugares no Rio de Janeiro. No fundo da Baía de
172 Guanabara ele pegou peixes, tem registro de um peixe que ele pegou lá, um lambari. Então, é perfeitamente possível que ele
173 tenha também pegou um peixe para cá, porque na época a gente tinha uma Mata Atlântica robusta aqui, que praticamente podia
174 pegar peixes com as mãos, que é perfeitamente possível. A participante Andrea complementa com a questão dos vagalumes, os
175 pirilampus, neste pedaço aqui que são os vagalumes. Ele fala algo que lhe veio a dúvida e por isso questionou o professor. O
176 Conselheiro Felipe Queiroz parabeniza a professora pelo excelente relato para o Conselho, para a Secretaria de Cidade
177 Sustentável de Maricá e diz que Maricá está crescendo a uma taxa de 10% ao ano e que acha que o papel do Conselho diante
178 deste relato é de salvaguardar este patrimônio municipal, que são espécies de peixes que só existem neste município, que então
179 é um patrimônio ambiental do município. Que se precisa como colegiado tentar delibera a respeito da proteção destes indivíduos,
180 destes animais, e que acha que deve se delimitar as áreas em que eles ocorrem, sinalizar e enviar para o setor de licenciamento
181 do urbanismo para que para se fazer qualquer tipo de intervenção nestas áreas trem que fazer estudo de impacto ambiental, de
182 ictiofauna, porque senão vai perder, que neste boom de exploração imobiliária de crescimento desordenado de Maricá, que se
183 como protetores deste patrimônio, como conselho, se não fizermos nada a gente vai perder. Então, deixa proposta para deliberar
184 que seja criado um mapa com a delimitação destas áreas com a ocorrência destes indivíduos, destes animais, por espécie, e que
185 seja feito algum tipo de decreto municipal para que se possa vir a proteger estes animais. Quando a professora apresenta na APA,
186 a quantidade de pontos que tem na APA, que estão querendo licenciar uma área para 40 mil pessoas. Questiona que será que vai
187 se colocar 40 mil pessoas e extinguir com o patrimônio ambiental de Maricá? O Conselheiro Marcus Antônio Lacerda esclarece
188 que o maior planetário de orquídeas do Estado do rio de janeiro é o da Restinga de Maricá. Cita várias espécies de Orquídeas,
189 quando se fala o biólogo quer proteger este bichinho, não é o bichinho, mas o bioma todo. A Conselheira Ana Maria Cajueiro

190 afirma que seja o bichinho, que contribuem. O Conselheiro Marcus Antônio Lacerda esclarece ainda que ir mapeando estas áreas,
191 que são mais de 700 trabalhos científicos na Restinga, UFRJ, UERJ, mais de 700 trabalhos científicos só nesta área. O Conselheiro
192 Felipe Queiroz fala do papel do Fundo Municipal de meio Ambiente, que tem 340 milhões de reais dentro do Fundo de Meio
193 Ambiente que inclusive pode ser direcionado aqui uma parte para estudo. A Sra. Mariliza sugere que com esse dá pra se comprar
194 a APA. O Conselheiro Felipe Queiroz que por trás há muito mais que a questão de dinheiro. Fala que a questão do peixe da
195 nuvem que se tente ver com o Fundo fazer um termo de referência para estudo científico com recurso para gerar um mapa com
196 identificação destas áreas, gerando uma minuta de decreto para salvaguardar estes animais, estas áreas. Deixa então uma sugestão
197 de deliberação ao colegiado quanto ao que a professora apresentou que é uma raridade que é Maricá, que é o único município
198 que existem quatro espécies. A professora o corrige explicando que são cinco espécies, que há uma em Jaconé. O Conselheiro
199 Felipe Queiroz continua explicando que são cinco espécies que só existem aqui, que é uma questão de urgência porque se estamos
200 crescendo 10% ao ano, se empurrar para o ano que vem, pode se perder duas ou três espécies. Continua sugerindo que em paralelo
201 a isso, neste mesmo termo de referência, neste mesmo recurso, ter um plano de educação ambiental para divulgar estas áreas e
202 os animais junto as escolas, junto à população. Que acha que o Conselho tem que trabalhar estas informações que cheguem para
203 a gente e levar para a população, para o licenciamento, para salvaguardar e tornar-se realmente o município sustentável. A
204 Conselheira Márcia Freitas questiona ao Presidente como objetivamente se agiria na solução do Conselheiro Felipe Queiroz. O
205 Presidente explica que a sugestão é que se faça uma deliberação, uma vez que se delibere é composta uma comissão, um grupo
206 de trabalho para se debruçar sobre isso e fazer um relatório e uma minuta para se extrair daqui do Conselho uma deliberação para
207 a Secretaria e outros órgãos afins, para que se fomente política pública voltada para a questão da proteção, questão de um estudo
208 técnico. A Conselheira Marcia Freitas se propõe a criar o grupo, informa que o Conselheiro Marcus Antônio Lacerda, o
209 Conselheiro Felipe Queiroz sugere também o professor Jorge Pontes seja incluído. A Conselheira Márcia Freitas pede que a
210 professora também possa auxiliar, que na próxima reunião sugere que neste interim. O Conselheiro Felipe Queiroz sugere que
211 pode se delibere agora e já sinalizar a criação do grupo. Que se coloca um relator entre estes. A Conselheira Marcia Freitas diz
212 que pode se marcar reuniões extraordinárias e que na próxima reunião do conselho pode ter uma posição mais substancial. O
213 Presidente diz que solicitará o Luiz Felipe para criar um grupo de WhatsApp para se poder tratar sem misturar os assuntos e
214 poder adicionar pessoas externas. O Conselheiro Felipe Queiroz pede para se colocar em votação esta deliberação. O Presidente
215 Bruno Lougon esclarece que acredita que seria unânime. Por unanimidade se tem a criação do grupo de trabalho em um primeiro
216 momento para elaborar uma minuta e na próxima reunião se referenda, tendo participação maior do colegiado, que conselheiros
217 que não estão presentes hoje tomarão ciência e levar o documento final para a secretaria. A Segunda Secretaria esclarece que
218 veio representando o Instituto Geográfico e Ambiental de Maricá e que veio representando o IGAM MIRIM explicando que eles
219 possuem uma presidência mirim, com crianças com super habilidades voltadas para o estudo da história, da biologia, da área de
220 geologia. Que ela, o Conselheiro Marcus Antônio Lacerda, Renata e Marilize, como todos, colocam o IGAM a disposição, que
221 tendo vários professores doutores no instituto fica o convite para a professora Luiza e seu estudo. Agradece a oportunidade
222 representando as crianças do instituto, sabendo que vai levar uma boa notícia para eles. Na sequência a participante Elisa Cesano,
223 professora universitária, geógrafa, advogada agradece as proposições do Conselheiro Felipe Queiroz, que teria feito várias
224 perguntas, mas acha que as perguntas podem ser feitas no grupo que será formado, que não tem necessidade de mais
225 esclarecimentos sobre a apresentação ou não e afirma querer participar do grupo. A Conselheira Anna Maria Quintanilha
226 questiona se o Luiz Felipe vai criar o grupo e o Presidente Bruno explica que a secretária Laudeci já estava anotando os nomes.
227 Encerrando então a professora Luiza agradece a todos e explica que a apresentação fica disponível e que no grupo poderá
228 disponibilizar a literatura e a cartilha que falou para as crianças. A Conselheira Marcia Freitas questiona se ela poderia ser
229 convidada formalmente para participar do grupo como consultora e ela afirma que seria uma honra. Foi criado o GT de trabalho
230 os seguintes Membros; Conselheiros: Márcia Freitas, Felipe Queiroz e Marcus Lacerda, Sociedade Civil participante: Luiza
231 Sarmento, Marilize Galvão e Elisa Cesano. O Presidente informou que após a reunião irá pedir ao Conselheiro Luiz Felipe para
232 criar o grupo do WhatsApp. **Quarto e Quinto Ponto da Pauta:** Cobrança de mais esclarecimentos da Secretaria de Cidade
233 Sustentável e cópia do processo de licenciamento do Rio Silvado. O Presidente Bruno Lougon esclarece que este quarto ponto e
234 o quinto podem ser unificados e que vai trazer um esclarecimento. Que na verdade o Rio Silvado tem 8 pontos críticos de travessia
235 que são usados por turistas e mais que isso, por moradores da região que atravessam diariamente com seus veículos e que isso
236 começou a gerar um impacto na qualidade da água captada no Rio Silvado, corrigido informa que é o Rio Ubatiba que passa pelo
237 Silvado. Conclui que a Águas do Rio identificou uma alteração nas análises das águas, que havia um impacto na qualidade da
238 água nestas travessias, que além disso a empresa fez uma comunicação através de ofício para a Secretaria, que localizou oito
239 pontos críticos com coordenadas geográficas dos pontos indicando onde se causava impacto na amostragem de água e pediu que
240 se tomasse providência afim de mitigar os problemas que estavam acontecendo, que fora isso já possuíam demandas de
241 solicitações de moradores, que morando na região e toda vez que chovia ficavam ilhados no Silvado sem conseguir nem chegar
242 em cada e muito menos sair por conta da cheia dos rios que não conseguiam fazer a travessia. Que unificando tudo isso, a SOMAR
243 enviou solicitação de emissão de autorização ambiental para que eles pudessem realizar a intervenção fazendo uma travessia em
244 pelo menos três dos oito pontos inicialmente apresentados para que fosse mitigado o que foi proposto pela Águas do Rio e
245 moradores do local, que o processo aberto foi encaminhado cópia ao Conselho. Que é um processo simples que não gerou nenhum
246 estudo de impacto ambiental, EIA/RIMA não teve isso, foi em caráter de urgência que o município encontrou para poder
247 solucionar o problema de contaminação da água e de travessia dos moradores em época de cheias dos rios com chuvas e feita a
248 autorização ambiental para que a SOMAR pudesse executar a obra de uma travessia simples nos três pontos dos oito indicados
249 pelas Águas do Rio. Ficaram cinco pontos pendentes que estão ainda em processo que ele acredita estarem em análise de que
250 seja elaborada travessia melhor ou de uma estrutura melhor nos outros pontos pela SOMAR e que até o momento não chegou
251 nenhuma solicitação para nós. Que hoje tem este pedido que a SOMAR pediu para autorização de intervenção nos três pontos,
252 autorizaram e foi feito, que não teve um processo próprio de licenciamento próprio para isso, que a Águas do Rio não é figura

253 participante de nenhum processo e que apenas comunicou que está havendo problema na água e que comunicou as contaminações
254 em todos os pontos, que tem travessia de cavalos, de humanos, de veículos e isso tudo está impactando na qualidade da água.
255 Que este documento foi anexado ao processo, que o processo foi encaminhado ao Conselho, que não se recorda quando e que
256 esta é a informação que a Secretaria tem a trazer ao Conselho. O Conselheiro Felipe Queiroz afirma que a informação é novidade
257 e que não consta no processo. Que no processo consta que é uma informação da Águas do Rio que está causando danos a estrutura
258 do rio, que não há nenhum laudo de qualidade de água, que desconhece que no processo não há nada disso lá. Que se espanta
259 muito porque acha que um processo de manilhamento de passagem de rio tem que ter um mínimo de critério de licenciamento,
260 que não está tendo. Que alguém pede, não se faz um estudo, um levantamento, que o processo não tem nada de qualidade de
261 água, que não fala nada de qualidade de captação que não viu, que se tem não viu, que irá reler o processo, que desconhece. Que
262 irá reler e pede que seja o processo encaminhado aos demais conselheiros para que tenham o mesmo tipo de percepção que ele
263 ou não e o que tem ciência é que foi um pedido quase informal da concessionária, que não tem competência nenhuma para isso.
264 Que o processo inclusive para ser licenciado tinha que seguir o rito do convênio, que já cansou de discutir aqui. Que este tipo de
265 intervenção deveria ser discutido com o INEA e que se não foi informado, não está dentro do processo do convênio, porque ele
266 acompanha o processo dentro do INEA. Afirma que tem alguma coisa errada, que acha que tem que se discutir aqui, qual o
267 procedimento de licenciamento, que não está certo não. Esta questão não está certa. Por isso pediu para se cobrar mais
268 esclarecimentos da Águas do Rio que a gente continua querendo que ela venha e apresente os estudos, que não constam dentro
269 do processo e que se a Secretaria de Cidade Sustentável licenciou uma coisa sem nenhum tipo de estudo só por causa de um
270 pedido, que tem que ter um embasamento técnico, legal, que tem que seguir a legislação. Porque segue a legislação para uns e
271 para outros não? Que é uma questão cabulosa o que está acontecendo porque o rito não foi muito bem seguido neste licenciamento
272 destas intervenções. Que tem que estar bem descrito neste processo o porquê está atrapalhando. O Conselheiro Felipe Queiroz
273 continua afirmando que dúvida que tem poluição, que se bebe água do Guandu que é cocô puro, a água que vem dali está causando
274 danos no tratamento? Afirma que tem alguma coisa errada nisso, que provavelmente o carro passando ali leva mais barro, mais
275 areia mais alguma coisa do que propriamente dito uma poluição que vai interferir no processo de tratamento da água. Que ela
276 venha apresentar aqui apresentar um mapa onde é a captação, onde é a intervenção, onde fez as análises, que assim fica muito
277 vago. Que quando encaminhou as denúncias, mostra que as pessoas ali tomavam banho, tiravam foto. Que as pessoas faziam
278 trilha passando por dentro do rio, que é um atrativo e você cimenta um rio? Que discorda dessa, que o que o Presidente falou
279 pelo menos para ele passou despercebido ou não consta do processo e que fosse visto com mais atenção pelo Conselho. A
280 Conselheira Ana Maria Cajueiro questiona se foi em algum momento dito que tipo de intervenção seria feito, se aquilo era
281 realmente o apropriado para aquele local, que isso é inquietante. Que as vezes colocar manilha, cimentar, pode fazer ponte, mais
282 seja feita a intervenção da forma que foi feita, que queria saber se isso foi proposto antes se foi discutido o tipo de intervenção
283 que seria feito. O Conselheiro Felipe Queiroz complementa que deveria haver laudo de engenheiro ou qualquer coisa. Que como
284 falou tem que passar por dentro do processo do convênio que por isso quando fala que o Conselho do Meio Ambiente tinha que
285 ser ouvido, que tinha que estar dentro daquela cláusula que se lutou tanto que é por causa disso aí. Afirma que ninguém quer
286 saber de nada, que face a arbitrariedade se comete uma série de ilegalidade de falta de rito a respeito dos cursos hídricos daqui e
287 que ninguém fica sabendo de nada e que então isso precisa ser melhor visto. Explica que como Conselho, cabe a gente que se
288 peça mais uma vez que seja encaminhado o processo de licenciamento e que a gente delibere a respeito disso e que cabe ao
289 próprio Conselho cancelar a licença destas intervenções sabendo que não foram seguidos os ritos. Que isto precisa ser melhor
290 visto, que é isto que se precisa fazer aqui, lutar pelo direito ambiental do município. Então, canalizar rio, cimentar rio, um simples
291 preciosismo de um órgão privado que nem apresenta qualquer tipo de situação, que isto está muito estranho, que se precisa ver
292 isto com uma lupa melhor. A Sra. Elisa Cesano pede um aparte e explica que esta questão dos convênios serem feitos com os
293 municípios não ocorrem só em Maricá, que é uma prática que existe no Estado. Que quando há esta transferência desta
294 competência do licenciamento municipal, o município só tem uma legislação preparada para o tipo de licenciamento que cabe ao
295 município, ou seja, ele não tem um procedimento de licenciamento estabelecido para licenciamentos que não são do município,
296 por exemplo talvez, recursos hídricos. Então o que acontece é que quando não tem, tem que usar o do INEA. Que não pode
297 simplesmente usar qualquer coisa, ou se faz uma regulamentação ou parece no caso não fazer. Que não pode, que não é permitido.
298 Então ela acha que o Conselheiro Felipe Queiroz fez uma sugestão muito boa em relação ao peixe das nuvens da criação do grupo
299 de trabalho, que em outro momento aqui foi falado do procedimento de fiscalização que talvez não compreenda o momento do
300 flagrante ou não leve em consideração no flagrante alguns elementos que são óbvios embora não esteja a presença enfim, mas há
301 outros elementos visuais inclusive. Este procedimento de fiscalização e o procedimento de licenciamento deste convênio, que ele
302 atribuiu a Secretaria de Cidade Sustentável, quer dizer atribui a SOMAR, e que no caso é a Secretaria de Cidade Sustentável que
303 faz o licenciamento estas competências, se não existe na legislação municipal os procedimentos para isto, precisamos usar ou o
304 do INEA ou o estadual ou criar um. Que vamos criar, já que estamos tratando de competência originária do Estado, que não pode
305 ser tão flexível quanto a nossa. O Conselheiro Felipe Queiroz diz que só reforça que tentou trabalhar sobre a inclusão do Conselho
306 de Meio Ambiente, talvez o Conselho da Cidade, que o Conselho de Meio Ambiente deliberou a respeito da participação deste
307 conselho dentro do convênio e que a gente viu isto ser desacatado e que o Conselho da Cidade deu uma moção a respeito disso.
308 Que hoje em dia se vê o que está vendo, que o município está canalizando os rios por uma simples sugestão, sem nenhum tipo
309 de licenciamento digno e nem apresentando o projeto que é o que se deveria discutir. Um local que é utilizado para o turismo,
310 uma água limpa. Para que se canalizar rio, de uma forma arbitrária. Que se fosse seguido o rito do convênio e se tivesse se
311 mantido a cláusula de participação deste Conselho, da comunidade. Estaríamos discutindo políticas públicas mais eficazes.
312 Porque estamos aqui agora retornando para falar com a Secretaria de Cidade Sustentável que o licenciamento que ela fez num
313 curso hídrico foi de forma arbitrária, coisa que não condiz, que não tem estudo de viabilidade, que não tem estudo para motivar
314 este licenciamento. É complicado dizer agora que dentro deste processo que o motivo foi de estar poluindo o rio, que não
315 identificou isso no processo. Que separado aqui, sugere que o processo venha a ser apresentado no Conselho, que a Águas do

316 Rio seja convidada para poder explicar isso, que traga as análises de qualidade de água para poder se deliberar a respeito deste
317 processo. Se vai anular ele, se vai mandar destruir isso aí ou se o licenciamento vai ser feito da forma devida, encaminhado ao
318 INEA a um setor que tem capacidade técnica para poder dizer se aquilo é viável ou não. Não simplesmente se sair metendo
319 concreto e manilha dentro de uma preciosidade ambiental que tem em Maricá. A Sra. Marilize diz que só quer anunciar que a
320 Dra. Marcela do Amaral do Ministério Público está presente à reunião. O Presidente lhe dá as boas-vindas e continua para a
321 conclusão do quarto e quinto ponto de pauta que é a informação que por hora possui. Mais esclarecimentos serão solicitados a
322 Secretaria, que como o Conselheiro Felipe Queiroz colocou aqui que já anotou de cobrar a Águas do Rio se houve realmente
323 estudo e de que forma foi feito o estudo da água e que se apresente para nós e que será feito o encaminhamento para a Águas do
324 Rio. **Sexto Ponto da Pauta:** Pauta para a próxima reunião. O Presidente coloca a palavra a todos questionando se alguém
325 apresenta algum ponto para a pauta. O Conselheiro Felipe Queiroz coloca mais uma vez a questão do Fundo Municipal do Meio
326 Ambiente, que não está havendo reunião do Fundo. Que as reuniões deveriam ser mensais e já tem mais de seis meses que não
327 tem reunião, que nunca teve acesso a uma ata desta reunião, que nenhuma deliberação foi passada pela gente e que o estatuto
328 deste Conselho prevê que a gente fiscalize, que autorize ou chegue a um consenso sobre as rubricas em que está sendo gasto
329 esses recursos. Todos os recursos que vem sendo utilizados pelo Fundo não passaram pela plenária, que está sendo utilizado de
330 forma arbitrária, que a gente tem 340 milhões de reais dentro de um Fundo de Meio Ambiente, que quando conversa com o
331 professor Lacerda pra discutir política e educação ambiental, não se consegue nada que se propõe que não consegue se chegar a
332 este Fundo, que ele não funciona. Que não tem ata, ele não tem nada que venha a comprovar a legalidade operacional dele, que
333 isso é muito grave, quando diz de dinheiro, que está sendo usado e não está sendo passado pelo colegiado. Que não decidimos
334 para que está sendo empregado este recurso. Que vem pedindo reunião após reunião que isso seja apresentado. Que na reunião
335 anterior ao rivulídeo que em Maricá tem cinco espécies que só vivem aqui. E acessar este Fundo para poder fazer um plano de
336 salvaguarda para este patrimônio, que deliberamos e criamos um grupo de trabalho para tentar fazer a respeito, mas hoje em dia
337 não consegue que este Fundo seja utilizado de forma democrática e gerido dentro do seu próprio conselho. Pede que isso entre
338 em pauta mais uma vez, que venha o responsável do fundo e que fale para o Conselho porque o Fundo não está funcionando,
339 qual a projeção e o que vem mais uma vez sendo colocado para pagamento desse Fundo. Qual a projeção pro próximo ano que
340 crê que já deve estar sendo feita a planilha orçamentária para o próximo ano. O que este Conselho entende como prioridade
341 aquela lista de categoria que tem o convênio, que o convênio prevê. Que se não avançar isso se ficará mês após mês e que se fala
342 dos próprios planos de manejo das unidades de conservação. E que agora vai se fazer um único plano de manejo para todas as
343 unidades de conservação. Enfim, que este tipo de coisa gostaria que o Fundo de Meio Ambiente voltasse para cá para ser discutido
344 e que o responsável viesse dar esclarecimento de porque ele não está funcionando e que apresente as atas das reuniões que foram
345 deliberadas a utilização destes recursos e para que foram a utilização destes recursos. Que tem quatro anos solicitando isso e
346 nunca viu estas atas, nunca viu nada. Que é membro do Fundo, a AmaDarcy é membro do Fundo e sequer é chamada para
347 reuniões. Foram chamadas para três reuniões e duas não tiveram por falta de quórum. O Conselheiro Marcus Antônio Lacerda
348 afirma que a colocação é muito importante, que ele tem alguns projetos de educação ambiental que pela Secretaria de Educação
349 é uma dificuldade enorme, que gostaria de saber se o Fundo de Meio Ambiente poderia atender alguns projetos dele na Secretaria
350 de Educação, por exemplo, tem uma lei que que foi aprovada e sancionada de educação para o clima, um trabalho imenso que
351 organizaram durante um bom tempo e está parado porque precisa de recursos, espaços naturalizados para a infância, que
352 participou no ano passado em um simpósio em São Paulo trazendo estas ideias que nossas praças não são adequadas para as
353 crianças. Hoje o uso fica unificando as praças colocando material mais natural para as crianças brincarem. Que estão desmontando
354 praças, ferramentas, ferros, colocando material, que tem isso tudo no projeto. Que isso requer recurso para que se possa tocar
355 isso até os lugares, são 75 escolas no município com 40 escolas em tempo integral. Manter aluno em escola com mais de mil
356 alunos em tempo integral, o dia inteiro, que isso está dando problema na educação imenso. Que tem que ter espaços naturalizados,
357 próximos as escolas, que tem estes espaços públicos e tem projeto pra isso para que as crianças possam estar naqueles espaços
358 no contra turno que a criança tem que brincar, que tem projetos pra isso, mas que não tem recursos para montar isso. Então
359 gostaria de saber se esse Fundo poderia contribuir para que eles possam tocar estes projetos junto a Secretaria de Educação. Que
360 seria importante ouvir do Conselho. Que eles tem dois tipos de educação ambiental, a informal que é com a Secretaria de Cidade
361 Sustentável que tem uma parceria e a formal que é a educação por livro, mas que é uma dificuldade enorme para se conseguir
362 alguma coisa, que está na fazenda Joaquin Piñero que é uma sala, que quer montar uma coisa lá para receber as crianças o tempo
363 inteiro, tirar as crianças da sala de aula, que de dia ela tem que ter contato com a natureza, que temos mais de 60% do município
364 em áreas protegidas e as crianças o tempo inteiro na escola, que toda hora tem que fazer mais sala, mais sala e mais sala e que
365 teria então que ter um recurso para colocar estas crianças em uma unidade de conservação, em um espaço livre pra isso, que tem
366 que ter recurso pra isso que projeto tem. Que acha interessante ouvir do Conselho uma proposta para isso, que fica angustiado
367 querendo fazer as coisas. O Conselheiro Jorge Andrade esclarece que quando se fala de praças ou áreas mais abertas, que se
368 procure a Diretoria de Parques e Jardins, na SOMAR, quando eles fazem os projetos das praças eles podem adequar os espaços
369 a estas ideias. Que antes mesmo de se pensar nos recursos, pode se otimizar o projeto que está sendo executado. É um ponto que
370 ele acha que vai de encontro ao que se deseja e efetivamente se torna numa solução mais dinâmica. O Conselheiro Marcus
371 Antônio Lacerda retoma a palavra e diz que conversou com a Secretária de Agricultura sobre este aspecto, por exemplo, precisam
372 de terra para obras escolares e que Parques e Jardins ofereceram material para isso. Diz que tem espaços públicos próximo as
373 escolas que seria o projeto de nichos educacionais. Que nossas escolas não tem espaço, que onde tem espaço criam-se salas. E
374 vão colocando uma sala em cima da outra. Que temos espaços públicos que poderiam ser feitos pelo Meio Ambiente, por
375 exemplo, na praia, na escola Guaratiba, que a diretora começou a usar o espaço público para as turmas irem para ali, que ali está
376 largado. Que tem projetos para isso, para que possa fazer estes espaços próximo as escolas que a criança possa sair da sala e
377 utilizar estes espaços, nichos educacionais. Que não somos como São Gonçalo e Niterói que não tem espaço, aqui nós temos
378 espaço e isso tem que ser aproveitado. Que tem professores que estão surtando de tanta criança, 40 escolas em tempo integral,

379 que se alguém passar um dia numa escola destas nem dorme de noite. Na Fazenda Joaquim Piñeiro o que pode se fazer? É uma
380 fazenda, tem um espaço que é o bosque das pedras. Que precisa limpar para levar as crianças, que não consegue uma secretaria
381 que mantenha aquilo pra levar as crianças. É uma dificuldade enorme, que está tentando junto ao Conselho pensar nas soluções
382 para isto. A Conselheira Ana Maria Quintanilha pede questão de ordem solicitando mais objetividade nos pontos de pauta senão
383 se estende discussões que deveriam ser pontos específicos e não se dá os outros pontos. A Conselheira Marcia Freitas sugere o
384 convite para a equipe do Geoparque, que receberam no final do mês a comissão avaliadora da UNESCO, que Maricá dentre os
385 16 municípios teve a honra de sediar a reunião de apresentação do Geoparque e os avaliadores saíram daqui enfim, extremamente
386 deslumbrados com as nossas belezas naturais, com nosso litoral. E o processo agora está em outro patamar, envolvido diretamente
387 com o Ministério do Turismo, a UNESCO e o Ministério das Relações Exteriores. Porque isso é muito sério, uma chancela da
388 UNESCO para um espaço territorial, geográfico e geológico entre 16 municípios é um compromisso importantíssimo, que Maricá
389 será um Portal deste Geoparque. Os avaliadores entregaram um relatório e a comissão geral da UNESCO vai abrir uma
390 possibilidade ou cancelar. Ela sugere que o próprio CMAM passe a fazer parte desta história enquanto Conselho, um momento
391 muito importante para as nossas áreas naturais protegidas, que sugere o convite, que passará o e-mail deles e que o melhor dos
392 mundos seria que a professora Katia Mansur viesse. Porque acha que é um passo importante e que temos que começar a pensar
393 num planejamento estratégico e ambiental e turístico para o modelo de gestão que Maricá vai querer pós chancela do Geoparque
394 na UNESCO. O Conselheiro Jorge Andrade esclarece quanto a fala anterior do Conselheiro Marcus Antônio Lacerda que a
395 Diretoria de Conservação da SOMAR pode também ajudar. Que na Fazenda Joaquim Piñeiro está sendo criada uma fábrica de
396 queijo junto ao capril, que a diretoria está ajudando nessa limpeza e que antes mesmo até de se obter recursos pode ser que uma
397 outra secretaria ou autarquia consiga já adiantar parte. Segunda coisa, quando se fala do Fundo, ele não tem o regimento,
398 documento do Fundo e pede para que se envie estes documentos, pois não sabe realmente as ordens e critérios e regras do Fundo
399 e que gostaria de tomar conhecimento para que nas reuniões poder discutir melhor. O Conselheiro Felipe Queiroz pede para
400 deixar mais duas sugestões, uma sobre o Canal da Costa que está sendo feita uma intervenção marinha com uns arroios de pedra
401 que a princípio será uma grande intervenção dentro da área marinha de Maricá que inclusive vai interferir na área do PESET, que
402 vai está para ser feito pelo município mas não se toma conhecimento no Conselho sobre esta obra, porque teoricamente tem que
403 ter licenciamento do INEA, da Marinha, do município e gostaria de saber em que pé está este tipo de coisa que se pudesse
404 apresentar este projeto aqui e que a outra coisa é uma atualização de como está o processo de salvaguarda da área do Taboal, que
405 vem a bastante tempo discutindo uma série de coisas e não se sabe em que pé está rodando, que está com medo que esta área seja
406 destruída antes mesmo que se consiga salvaguardar ela, não só a área mas também toda a população que mora no entorno que se
407 a gente não evitar que seja ocupada e aterrada, todos que moram no entorno irão sofrer. Outra coisa é que foi criada uma comissão
408 técnica permanente para unidades de conservação que ficou de se criar um grupo de WhatsApp para se discutir a respeito das
409 unidades de conservação e que esta não tem um conselho ativo, que uma solução imediata seria a criação do grupo. Que já tem dois
410 meses, que parece que o grupo já foi criado e só tem os gestores, que as pessoas, técnicos e da academia que se propuseram a
411 entrar neste grupo, que ainda não foram incluídos para discutir sobre as unidades de conservação. O Presidente esclarece que a
412 questão do grupo de trabalho o Luiz Felipe estava para criar mais cedo e que deixou passar despercebido e que não sabe se ele
413 chegou a concluir, mas vai cobrar a ele de novo. O Conselheiro Jorge Andrade pede para registrar em ata que sobre a obra na foz
414 do Canal da Costa é um guia correntes que está sendo criado e hoje existem e estão liberadas todas as licenças municipal, estadual
415 e federal, inclusive com SMU, com INEA, que inclusive a ordem de início deu-se já semana passada ou retrasada. O Presidente
416 questiona se há alguém que possa vir ao Conselho. O Conselheiro Jorge Andrade complementa que os projetos dos caminhos
417 onde passarão os materiais e equipamentos, o canteiro de obras, que em tudo isso os projetos já estão completos e fechados. O
418 Presidente questiona a quem pode se solicitar esta apresentação e o Conselheiro Jorge Andrade responde dizendo que pode ser
419 feita a Diretoria Operacional de Obras Indiretas da SOMAR. A Conselheira Ana Maria Cajueiro questiona se é o molhe. O
420 Conselheiro Jorge Andrade responde que é o mesmo lugar, que não se chama mais de molhe e sim de guia correntes, porque há
421 problemas recorrentes com a foz do Canal da Costa fica fechada dificultando a troca de água com o oceano. A Conselheira Ana
422 Maria Cajueiro complementa que faz parte do grupo Itaipuaçu que queremos, que estão preocupados com o aprofundamento do
423 canal que pode vir a salinizar os poços artesianos, que isso tem medida. O Conselheiro Jorge Andrade esclarece que todo o estudo
424 foi feito com o INPH e que não há mexida na profundidade do Canal da Costa, mas sim a criação do guia correntes num
425 determinado formato e projeto para garantir que o Canal da Costa não se feche mais. O Conselheiro Felipe Queiroz questiona e
426 porque ele tem de ficar aberto. O Presidente pede a palavra para uma questão de encaminhamento e diz que não adianta ficar
427 debatendo, que não é pauta no momento, que devemos ter acesso ao projeto e seu intuito em tudo que ele abrange. A Conselheira
428 Ana Maria Cajueiro sugere convidar moradores mais antigos na região que são pessoas que moram a muitos anos ali e que
429 dependem praticamente dali. O Presidente questiona se foi feita alguma audiência pública. O Conselheiro Jorge Andrade explica
430 que não tem referência sobre isso. A Conselheira Ana Maria Cajueiro lembra que a algum tempo a gente questionando primeiro
431 sobre a Conferência do Meio Ambiente prevista para o ano que vem se já algo encaminhado quanto a isso e o Presidente esclarece
432 que já existe um grupo de trabalho em andamento que a Conferência é de responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente, que
433 diferente da saúde que o grande anfitrião da Conferência da Saúde é o próprio Conselho da Saúde e que no caso do Meio Ambiente
434 não, que pelo próprio regimento trazido pela nacional a responsabilidade de toda a organização e estruturação é da Secretaria de
435 Meio Ambiente. A Conselheira Ana Maria Cajueiro questiona se será possível sugerir algo e o Presidente esclarece que sim que
436 em momento oportuno será trazido para o Conselho e que outro ponto é o Plano Municipal de Meio Ambiente como ponto de
437 pauta. O Conselheiro Felipe Queiroz diz que é recorrente no município a questão do lixo que o município está ficando insalubre
438 e mais uma vez colocar como ponto de pauta. Que está vendo pelos terrenos baldios a quantidade de lixo que as pessoas estão
439 colocando, que deve se trazer o órgão responsável pela coleta de lixo pra cá para ele dar uma explicação do porque está este caos,
440 que na sua visão em Itaipuaçu está um caos que não se anda 100m sem ver um terreno lotado de lixo, a coleta não está sendo
441 feita de forma devida e nem o descarte está sendo feito de forma devida, que pode não ser culpa só do sistema de coleta, que

442 pode haver descarte irregular, que tem que se discutir porque a questão está insalubre que é doença, dengue e depois querem
443 passar o fumacê para matar tudo, não só o mosquito, mas a nossa biodiversidade e que gostaria de sugerir que se pudesse chamar
444 a doutora para dar uma palavra. A Conselheira Anna Maria Quintanilha pede a palavra e diz que passou por vários lugares onde
445 o problema está acontecendo, diz que gostaria que a SANEMAR se apresentasse ao Conselho do Meio Ambiente junto com a
446 SOMAR, que vai falar pela área dela, mas que em outras áreas acontece a mesma coisa. Que não adianta abrir processo que já
447 chegou nas mãos de desembargador que diz que as firmas estatais tem que fazer o serviço direito e não acontece. Que o que
448 acontece na área dela é uma coisa nervosa porque não se sabe distinguir se a obra é de que, que não tem uma placa, uma placa
449 pra dizer qual o valor ou que obra é. Que o que chega a conclusão pelos 32 anos que mora na mesma localidade é que águas
450 pluviais e esgoto estão indo pro mesmo lugar, que não existe uma caixa de esgoto. Que mora em um lugar que sabe que de 50
451 em 50m tem que ter uma caixa de esgoto, que sabe também que esgoto não faz curva, que é colocada a caixa com buraco para
452 todos os lados pra centralizar ali e distribuir, que é uma coisa horrível, que o Santa Paula vai beber esgoto em pé, que não tem
453 mais o que perder dentro de casa, que na casa dela o esgoto vai no joelho. Que os desembargadores já deram a sentença, e que
454 não conseguem chegar em uma secretaria destas e tentar explicar o que está acontecendo no lugar que mora, porque quem sabe
455 é o morador, não o que está sentado na cadeira na SANEMAR, na SOMAR que sabe o que acontece naquele lugar. Todo lugar
456 tem área de risco, que nunca viu ninguém fazer obra de saneamento básico e de pavimentação sem topógrafo porque todo lugar
457 tem área de risco, que então o Santa Paula vai beber esgoto em pé. Que estão jogando tudo lá de fora da Cassorotiba inteira, que
458 estamos dentro de um buraco, pra dentro do condomínio Santa Paula. Que quer saber porque as obras estão lá correndo que não
459 tem nem uma caixa de esgoto pra fora, que estão tampando tudo, ralo, caixa de esgoto, tudo. Que quer saber como fica a situação,
460 que ficarão como? Que gostaria muito eu a SANEMAR e a SOMAR viessem ao Conselho para explicar que tipo de obra é essa
461 que estão fazendo, que está tudo concentrado em uma coisa só, que não existe esgoto e águas pluviais, que existe uma coisa só.
462 A Conselheira Ana Maria Cajueiro pede a palavra e complementa que estão asfaltando lá, que tiraram o asfalto pra fazer
463 drenagem, que aquilo enchia de dar 1,50m de água. Fizeram a drenagem, já fizeram de forma errada. Que agora estão asfaltando
464 sem fazer o esgoto. Que as bocas de lobo estão sendo todas fechadas com material de obra, com asfalto, com tudo. Que não estão
465 dando o caimento que tem que ter original que é caindo pro lado de onde tem as bocas de lobo, as águas pluviais e os ralos onde
466 é o esgoto que lá tem fossa e sumidouro. Que onde tem o esgoto se não ficarem atentos, passam por cima e asfalto tudo. Que o
467 esgoto está começando a vaziar, entrando dentro das casas, que as ruas estão niveladas com as calçadas, que não deram o
468 rebaixamento necessário e o que vai acontecer é que daqui há algum tempo vão estar bebendo esgoto em pé. Continua explicando
469 que tem uma sentença de 2ª instância que obrigava a prefeitura até o dia 30 de janeiro de 2024 a construir uma estação de
470 tratamento de esgoto e fazer lá o saneamento básico. Que não foi cumprida a ordem judicial de 2ª instância. Ficando os seguintes
471 pontos para a próxima reunião: Apreciação e votação da ata anterior, Citação dos ofícios recebidos e enviados (Os ofícios serão
472 enviados por e-mail), Apresentação das atas e dos relatórios sobre os recursos do Fundo de Meio Ambiente (Projeção dos
473 pagamentos anual), Apresentação do GEOPARQUE; Apresentação do Projeto do canal da Costa (convidar a Diretoria de Obras
474 Indiretas da SOMAR), Convidar o órgão responsável pela Coleta do Lixo do Município, Apresentação Plano Municipal de Meio
475 Ambiente, Atualização do Processo do Taboal, Informações o GT das Unidades de Conservação, Apresentação do Edital de
476 Convocação da nova eleição do CMAM, Sugestão para pauta da próxima reunião e Informes gerais. **Sétimo Ponto da Pauta**
477 Informes gerais. O Presidente convida a Dra. Promotora para fazer uso da palavra e fazer uma explanação ao Conselho. A Dra.
478 Marcela do Amaral, Promotora de Justiça de Maricá, agradece o convite para participação e se desculpa de que não pode chegar
479 a tempo para assistir há apresentação sobre o peixe das nuvens. Afirma que seu objetivo hoje de estar presente na reunião do
480 Conselho é de colocar o Ministério Público a disposição do Meio Ambiente de Maricá, que já trabalham em conjunto a algum
481 tempo, que a Secretaria é parceira de reuniões semanais, que tem recebido a sociedade civil e que hoje sem mais tomar tempo é
482 deixar claro que o Ministério Público está à disposição. Que Maricá tem várias questões muito complexas de meio ambiente e
483 que não tem a pretensão de resolver todos os problemas da forma que mereciam ser resolvidas, com a agilidade que mereciam
484 ser resolvidas, mas que está à disposição e que aos poucos vai tomando pé do que acontece e que nada melhor do que estar no
485 Conselho de Meio Ambiente para entender o município de Maricá, agradece o espaço e coloca o Ministério Público mais uma
486 vez a disposição do Conselho e da sociedade civil para poder participar da fiscalização e da política pública como fomento que
487 é o papel do Ministério. A Conselheira Ana Maria Cajueiro coloca que participou da visita ao antigo lixão do Caxito e que todos
488 estão de parabéns, que é um trabalho de engenharia belíssimo, um trabalho maravilhoso para quem conheceu aquele lixão como
489 ela conheceu em 2012/2013, quando realmente era um lixão, um local horrível, cheio de lixo. Então ela dá os parabéns não só
490 a prefeitura por ter realizado essa remediação, mas a empresa responsável por este trabalho que fez um trabalho belíssimo, que
491 gostaria de deixar seu testemunho. O Conselheiro Felipe Queiroz pede que para fechar a última consideração, que foi enviado
492 em um dos ofícios que foi solicitado um processo e no outro não faz parte do processo. Ele pede cuidado a este tipo de prática
493 que mais uma vez encaminhou ofício para a Secretaria, sobre uma construção em faixa marginal de proteção que é bem próximo
494 a este caso que consta um número de licença que não corresponde ao local. Que este que está na rua 20 a placa da licença é do
495 lote 36 mas aquele lote é o 38. Que estão com licença de um lote que não está na faixa marginal, mas estão construindo em um
496 lote que está. Que isso vem sendo prática recorrente na faixa marginal do rio Itaocaia onde de alguma forma aprenderam que se
497 colocar uma placa com o número de licença sendo válido ou não que a fiscalização não vai se preocupar. Que tem que se fazer
498 um informe a fiscalização, que eles têm que verificar de que se trata o procedimento, o processo, porque não é só por ter um
499 número que a obra está legalizada. Pediu ainda que já se discutiu bastante sobre a demarcação da faixa marginal do rio Itaocaia.
500 Que já foi dado parecer do INEA, que dentro do convênio tem atribuição do município, do INEA. Que tem parecer final com as
501 delimitações, com os parcelamentos, com tudo, que já está emitido desde abril de 2022 e a demarcação ainda não foi feita. Mais
502 uma vez tentar via Conselho do Meio Ambiente encaminhar mais uma vez ao INEA solicitando andamento no processo. Que já
503 está tudo feito, já foi feito estudo de viabilidade, relatório de vistoria técnica do órgão, que já passou por todos os setores do
504 INEA que versam sobre a questão da criação e já tem o parecer final do que tem que ser feito e que este processo está parado

505 desde 2022. Que está dois anos parado e que se esperar mais dois anos talvez não se consiga frear a ocupação das margens. Que
506 se este processo está todo tramitado é um passo agora para o INEA ou o município lavrar o decreto de criação da FMP e fazer a
507 demarcação. Que é pouca coisa, que são coisas inclusive que fala que se fosse o município o próprio Fundo poderia estar sendo
508 usado para sinalização e a demarcação física da FMP, que são coisas práticas que podem estar sendo feitas aqui e é o que quer
509 que aconteça. Não havendo mais considerações, o Presidente então agradece a todos pela presença, convida para a próxima
510 reunião no dia 24 de setembro às 14 horas, presencial no mesmo local, encerrou a reunião às 16:05 (dezesesseis horas e cinco
511 minutos), eu, Jorge Rodrigues Andrade, lavrei a presente ata por expressar a verdade, dato e assinado juntamente aos Conselheiros
512 presentes, Maricá, 27 de agosto de 2024. XX
513

514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525

Bruno de Souza Lougon
Gestor – Sec. da Cidade Sustentável
Presidente

Laudeci Costa
Secretária Executiva

Jorge Rodrigues Andrade
SOMAR

Ana Maria Cajueiro
AMASP- Ass. de Moradores e Amigos Sítio Santa Paula

Felipe Queiroz
Instituto Floresta Darcy Ribeiro-AmaDarcy

Anna Maria de Carvalho Quintanilha
AMASP- Ass. de Moradores e Amigos Sítio Santa Paula

526

Marcus Antônio Lacerda
Secretaria de Educação

Márcia Lima Freitas
Secretaria de Turismo